PORTARIA n.º 1987 de 30 de setembro de 2020

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, e

CONSIDERANDO o despacho exarado à fl. 19 do Processo Administrativo n.º 2020/016109;

RESOLVE

CONCEDER na forma do art. 271, II da Lei Complementar 17, de 23.01.97, ao MM. Doutor **RAFAEL DA ROCHA LIMA**, Juiz de Direito Auxiliar de 2ª Entrância, atualmente exercendo suas funções na **Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Manaus**, **12 (doze) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família**, a contar de **18 a 29.10.2020**.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, em Manaus, 30 de setembro de 2020.

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente

PORTARIA n.º 1988 de 30 de setembro de 2020

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, e,

CONSIDERANDO que o MM. Doutor **Rafael da Rocha Lima**, Juiz de Direito Auxiliar de 2ª Entrância, atualmente exercendo suas funções na **Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Manaus**, estará afastado de licença para acompanhar o tratamento de saúde em pessoa da família, conforme Portaria n.º 1987/2020, de 30.09.2020,

CONSIDERANDO o despacho exarado à fl. 19 nos autos do Processo Administrativo n.º 2020/016109;

RESOLVE

DESIGNAR o MM. Doutor **JULIÃO LEMOS SOBRAL JÚNIOR**, Juiz de Direito de Entrância Final, Titular da 3.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, e Juiz Coordenador da Central de Inquéritos Policiais, para responder, cumulativamente, pela **Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Manaus**, no período de **18 a 29.10.2020**.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, em Manaus, 30 de setembro de 2020.

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente

PORTARIA n.º 1991 de 30 de setembro de 2020

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro 1.997, e

CONSIDERANDO a informação prestada pela Divisão de Pessoal de página **05**, bem como o despacho exarado à fl. **11**, do Processo Administrativo n.º **2020/014160**;

RESOLVE

TORNAR SEM EFEITO os termos da Portaria n.º 1707, de 20.08.2020, que concedeu à MM. Doutora **ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO**, Juíza de Direito de Entrância Final, Titular do 1º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, **12 (doze) dias de férias regulamentares**, referentes ao exercício de **2016**, no período de **14 a 25.09.2020**.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, em Manaus, 30 de setembro de 2020.

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente

PORTARIA n.º 1992 de 30 de setembro 2020

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, e

CONSIDERANDO a informação prestada pela Divisão de Pessoal de página **07**, bem como o despacho exarado às fls. 11 do Processo Administrativo n.º **2020/015641**;

RESOLVE

I - CESSAR os efeitos da Portaria n.º 1823, de 08.09.2020, a contar de **15.09.2020**, que concedeu ao MM. Doutor **ANTÔNIO ITAMAR DE SOUSA GONZAGA**, Juiz de Direito de Entrância Final, Titular da **Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal**, **23 (vinte e três) dias de férias regulamentares**, sendo **05 (cinco) dias** referentes ao exercício de **2015** e **18 (dezoito) dias** atinentes ao exercício de **2016**, no período de **08.09.2020 a 30.09.2020**.

II CONCEDER ao referido Magistrado, **14 (quatorze) dias de férias**, referentes ao exercício de **2016**, para o período de **01 a 14.10.2020**.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, em Manaus, 30 de setembro de 2020.

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente

PORTARIA n.º 1.993, de 30 de setembro de 2020

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997 e,

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 1º da Resolução n.º 303, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar o ofício precatório expedido pelo juízo da execução ao Tribunal, nos termos do art. 5º da Resolução n.º 303, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça;

RESOLVE:

Art. 1.º – O ofício precatório será dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça e instruído com as informações elencadas no art. 6º da Resolução n.º 303, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça, conforme os modelos anexos a esta Portaria.

Art. 2.º – O ofício expedido pelo Juízo da Execução deverá ser enviado à Coordenadoria de Distribuição Processual de 2.º grau do Tribunal de Justiça, por malote digital com arquivos no formato PDF, contendo os seguintes documentos:

I – cópia da sentença condenatória e do acórdão, bem como dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cumprimento de sentença;

II – certidão de trânsito em julgado da sentença ou acórdão lavrado na fase de conhecimento;

III – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo no cumprimento de sentença ou do decurso de prazo para a sua apresentação;

IV – cópia da conta de liquidação, dispensados o cálculo das retenções legais, porventura devidas;

V – cópia da certidão de intimação das partes acerca da atualização da conta de liquidação, realizada pela contadoria judicial;

VI – cópia da procuração;

VII – inteiro teor do despacho que ordenou a formação do precatório.

Art. 3.º – O ofício precatório será elaborado individualmente, por beneficiário, salvo no caso de penhora, honorário contratual ou cessão parcial de crédito, hipóteses em que os correspondentes valores deverão ser somados ao do beneficiário originário, conforme preconiza o art. 7º da Resolução n.º 303, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 4.º – Para os fins desta Portaria, considera-se data-base a data final do índice de correção monetária utilizada na conta de liquidação.

Art. 5.º – Fica revogada a Portaria n.º 662 de 11 de março de 2020.

Art. 6.º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, em Manaus, 30 de setembro de 2020.

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**
Presidente

MODELO I – TJAM
OFÍCIO PRECATÓRIO

O(A) Doutor(a) < Nome do(a) Juiz(iza) >, Juiz(iza) de Direito da < Nome da Vara >, REQUISITA ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas as providências necessárias para o pagamento da importância global de R\$<Valor Global (valor global por extenso)>, na forma a seguir discriminada:

Credor	CPF/CNPJ

Crédito:

Valor corrigido	Percentual dos juros aplicados	Valor dos juros

Deduções:

Contribuição previdenciária	Órgão previdenciário	CNPJ do órgão previdenciário
() sim () não		

Imposto de Renda	Deduções da base de cálculo	Número de meses RRA
() sim () não	() sim () não	

Obs.:No caso de penhora, honorário contratual ou cessão parcial de crédito os valores correspondentes devem ser especificados, nos moldes do quadro acima e somados ao do beneficiário originário no mesmo ofício precatório.

•Ente público devedor:

•CNPJ do ente devedor:

•Natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento:

() Administrativo () Civil
() Constitucional () Trabalhista
() Tributário () Acidente de Trabalho

•Natureza do crédito:

ALIMENTAR	COMUM
() Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões.	() Não-Alimentar
() Benefícios Previdenciários e Indenizações por morte ou por invalidez	() Desapropriações – Único Imóvel Residencial do Credor (Art. 78, § 3º, ADCT)
Data de Nascimento __/__/__ () Ativo () Aposentado () Pensionista Doença Grave () sim () não Pessoa com deficiência () sim () não Pagamento da parcela superpreferencial () sim () não	() Desapropriações - Demais

•Data-base utilizada na definição do valor do crédito: __/__/__

•Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento: __/__/__

•Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo no cumprimento da sentença, ou do decurso do prazo para sua apresentação: ___/___/___

•Data do reconhecimento da parcela incontroversa, se for o caso: ___/___/___

A presente requisição é extraída dos autos de < Nome da Ação>, Processo n.º < Número do Processo>, movida(o) por < Nome do Autor> em desfavor de < Nome do Réu >, originada da Ação < Nome da Ação Originária>, Processo n.º < Número do Processo> ajuizada em <Data do Ajuizamento da Ação Originária> perante este Juízo.

Manaus-AM, emdede....., Eu,.....
.....< Nome do(a) Diretor(a) da Vara/Diretor(a) de Secretaria>, lavrei e subscrevo o presente, conforme o constante nos autos, pelo que dou fé.

< Nome do(a) Juiz(iza) >
Juiz(iza) de Direito

MODELO II – TJAM
OFÍCIO PRECATÓRIO

O(A) Desembargador(a) < Nome do(a) Desembargador(a) >, Relator(a) do Processo n.º < número do processo >, REQUISITA ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas as providências necessárias para o pagamento da importância global de R\$<Valor Global (valor global por extenso)>, na forma a seguir discriminada:

Credor	CPF/CNPJ

Crédito:

Valor corrigido	Percentual dos juros aplicados	Valor dos juros

Deduções:

Contribuição previdenciária	Órgão previdenciário	CNPJ do órgão previdenciário
() sim () não		

Imposto de Renda	Deduções da base de cálculo	Número de meses RRA
() sim () não	() sim () não	

Obs.:No caso de penhora, honorário contratual ou cessão parcial de crédito os valores correspondentes devem ser especificados, nos moldes do quadro acima e somados ao do beneficiário originário no mesmo ofício precatório.

•Ente público devedor:

•CNPJ do ente devedor:

•Natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento:

() Administrativo() Civil
() Constitucional() Trabalhista
() Tributário() Acidente de Trabalho

•Natureza do crédito:

ALIMENTAR	COMUM
() Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões.	() Não-Alimentar
() Benefícios Previdenciários e Indenizações por morte ou por invalidez	() Desapropriações – Único Imóvel Residencial do Credor (Art. 78, § 3º, ADCT)
Data de Nascimento ___/___/___ () Ativo () Aposentado () Pensionista Doença Grave () sim () não Pessoa com deficiência () sim () não Pagamento da parcela superpreferencial () sim () não	() Desapropriações - Demais

•Data-base utilizada na definição do valor do crédito: ___/___/___

•Data do trânsito em julgado da sentença ou acordo no processo de conhecimento: ___/___/___

•Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo no cumprimento da sentença, ou do decurso do prazo para sua apresentação: ___/___/___

•Data do reconhecimento da parcela incontroversa, se for o caso: ___/___/___

A presente requisição é extraída dos autos de < Nome da Ação>, Processo n.º < Número do Processo>, movida(o) por < Nome do Autor> em desfavor de < Nome do Réu >, originada da Ação < Nome da Ação Originária>, Processo n.º < Número do Processo> ajuizada em <Data do Ajuizamento da Ação Originária> perante este Juízo.

Manaus-AM, emdede.. ..Eu,.....
...< Nome do(a) Diretor(a) do Órgão/Secretário(a) da Secretaria>, lavrei e subscrevo o presente, conforme o constante nos autos, pelo que dou fé.

< Nome do(a) Desembargador(a) >
Desembargador(a) Relator(a)

PORTARIA n.º 1998 de 01 de outubro de 2020

O Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência que lhe confere o inciso I do artigo 70 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, e

CONSIDERANDO a informação prestada pela Divisão de Pessoal de páginas **05**, bem como o despacho exarado à fl. 10 do Processo Administrativo n.º **2020/014547**;